

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os últimos dias foram marcados por um compasso de espera da sociedade sobre qual será a reação dos agentes políticos governamentais perante a série de reivindicações reveladas pelas manifestações populares há cerca de duas semanas.

Em função disso a parte inicial desta carta tenta chamar a atenção para o fato de que embora as manifestações populares sejam legítimas, no que se refere ao comportamento governamental e na busca da eficiência e da eficácia dos gastos públicos, há também a necessidade de se ter consciência das limitações efetivas do governo ao atendimento de todas as reivindicações, sobretudo aquelas que dependem de recursos financeiros.

Essa carta chama atenção também para o esquecimento, provavelmente por desconhecimento de grande parte dos manifestantes, da necessidade de se discutir o problema da dívida pública dentro desse contexto de ajuste que se quer para o setor público. Tal ponto é extremamente importante na medida em que existe um mecanismo de intermináveis pagamentos de volumosos recursos financeiros sem resolver o problema da dívida e sem traduzir em nenhum benefício efetivo para a população.

Em relação à economia registra-se a diminuição da taxa mensal da inflação, ressaltando o fato de que, apesar disso, o acumulado em 12 meses ultrapassou o limite máximo de 6,5% estabelecido pelo governo, contribuindo para que o COPOM elevasse novamente a taxa básica de juros.

No que diz respeito ao nível de atividade analisamos a produção industrial em maio, que, comparativamente a abril mostra uma nova expressiva queda, ainda que mostre crescimento no comparativo com o ano anterior. Chama a atenção a grande volatilidade da produção industrial, que tem oscilado entre alterações positivas e negativas ao longo dos 5 meses para os quais há dados disponíveis.

2 – LIMITAÇÕES DO GOVERNO PARA ATENDER AS REININDICAÇÕES POPULARES

Prof. Flávio Riani

As manifestações ocorridas no Brasil por ocasião da Copa das Confederações surpreenderam toda a sociedade e principalmente ao governo.

Há anos não se via movimentação de pessoas no país com essa magnitude. Mesmo assim, apesar do impacto causado em diversos sentidos, estima-se que o número de manifestantes tenha alcançado algo em torno de 1 milhão de pessoas, número este relativamente pequeno quando se compara à população total (menos de 0,5%).

– EXPEDIENTE –

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais: *Grão-Chanceler* – Dom Walmor Oliveira de Azevedo | *Reitor* – Professor Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães | *Vice-Reitora* – Professora Patrícia Bernardes | *Assessor Especial da Reitoria* – Professor José Tarcísio Amorim | *Chefe de Gabinete do Reitor* – Professor Paulo Roberto Souza | *Chefia do Departamento de Economia* – Professora Ana Maria Botelho | *Coordenação do Curso de Ciências Econômicas* – Professora Ana Maria Botelho | *Coordenação Geral* – Professor Flávio Riani e Professor Ricardo F. Rabelo

Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais: Prédio 14, sala 103 | Avenida Dom José Gaspar, 500 | Bairro Coração Eucarístico
CEP: 30535-901 | Tel: 3319.4309 | www.pucminas.br/iceg/conjuntura | icegdigital@pucminas.br

Apesar disso, devido a divulgação permanente das manifestações pelos meios de comunicação, o movimento se espalhou por diversas regiões no Brasil e colocou em pauta três temas básicos que podem simbolizar todo o movimento : investimentos básicos, moralidade e transparência nas atividades do governo.

Estes três temas são extremamente importantes e interligados e requerem avaliações abrangentes. Porém, nesta carta será feita uma pequena reflexão sobre as demandas por investimentos básicos.

Devido ao fato de haver uma constatação da generalizada corrupção nas atividades envolvendo o setor público, grande parte da sociedade é levada a imaginar que uma vez eliminada, os recursos não corrompidos seriam suficientes para resolver problemas estruturais existentes nas áreas da saúde, educação, segurança, transporte urbano, etc. Em função disso, a sociedade revela uma legítima demanda por melhorias na qualidade dos serviços públicos e incorporam uma série de outras demandas para as quais não há possibilidade de atendimento por parte do governo devido à limitação dos recursos financeiros disponíveis.

Na realidade, existe espaço para melhoras em diversos segmentos com a eliminação ou diminuição da corrupção, com a diminuição das benesses de parte dos agentes executivos, legislativos e judiciários no país, e na busca da melhor eficiência por parte das atividades governamentais. Entretanto, os recursos adicionais derivados dessas correções serão incapazes de cobrir os gastos necessários às reivindicações populares.

As demandas por: serviço de saúde mais eficiente e universal em patamares ideais; melhoria de qualificação e remuneração dos professores, expansão e melhorias nas condições físicas e equipamentos das escolas; ampliação dos benefícios previdenciários decorrentes de melhorias salariais e da extinção do fator previdenciário; 10% do PIB destinado à educação (29% da arrecadação tributária); investimentos em segurança pública envolvendo melhorias salariais, construções e manutenção de novos presídios, qualificação profissional, etc; transporte urbano gratuito e investimentos de melhorias nas condições de transporte na busca de torná-lo mais eficiente; etc. requerem um volume de recursos financeiro indisponível ao governo no curto prazo.

A legitimidade das demandas reveladas pelas manifestações recentes é inquestionável. Porém há que considerar que as maiorias das ineficiências apresentadas são, em parte, consequências do descaso governamental ao longo dos anos , à acomodação da sociedade no processo de reivindicação e participação política, e também, à dimensão territorial e populacional brasileira.

Entretanto, o que se quer destacar é que as demandas por correções das mazelas e das ineficiências governamentais, embora legítimas, importantes e desejadas pela sociedade, não serão capazes de gerar poupança necessária aos investimentos relativos às demandas apresentadas. Isto será um processo de ajuste, cujos impactos virão no longo prazo. De imediato pode-se e deve-se exigir mudanças que dependam fundamentalmente da e na estrutura política do país.

2.1 – DÍVIDA PÚBLICA É ESQUECIDA NAS MANIFESTAÇÕES

Provavelmente, por desconhecimento, as manifestações recentes deixaram passar em branco a discussão sobre a grande sangria de recursos públicos relacionados ao problema da dívida pública brasileira.

Sem que o governo faça empréstimos novos relevantes, do ponto de vista do volume financeiro, a dívida pública brasileira tem exigido do governo vultosos volume de recursos monetários para pagamento de parte de seus encargos sem impactos relevantes no seu estoque bruto. As oscilações que eventualmente ocorrem nesse estoque são relativamente irrelevantes. O governo em geral destaca o estoque líquido da dívida cujos valores alteram sem que tenha havido reais alterações no estoque da dívida. Ora ele muda devido ao crescimento do PIB, ora das variações no dólar, etc., sem, contudo, alterar de forma substantiva o seu estoque real.

A política de geração de superávits primários para pagamento dos encargos da dívida têm gerado dois problemas agravantes para o país: primeiro é o de que a geração desses superávits exigiu do governo elevação da carga tributária e contenção dos gastos básicos, colaborando para o agravamento dos diversos problemas revelados nas manifestações populares recentes. Nos últimos 15 anos, a carga tributária no país elevou-se significativamente passando de uma relação de 26% para 35% do PIB. Tal elevação não foi acompanhada na mesma proporção pelos gastos do governo nas suas atividades básicas. O segundo é a ineficácia de tal política de equacionamento do problema da dívida no que concerne a diminuição no seu estoque e seus respectivos encargos. O estoque da dívida bruta, sobre a qual incidem os encargos, continua no patamar de aproximadamente **R\$ 2,6 trilhões**, gerando encargos aproximados de R\$ 215 bilhões, dos quais o governo tem sido capaz de pagar “apenas” algo em torno de R\$ 105 bilhões. A diferença de R\$ 110 bilhões incorpora-se ao estoque da dívida.

Vale ressaltar que o montante anual de encargos pagos equivale a aproximadamente 3 (três) orçamentos do Estado de Minas Gerais que só na educação tem mais de 250 mil funcionários, sendo a quase totalidade de professores.

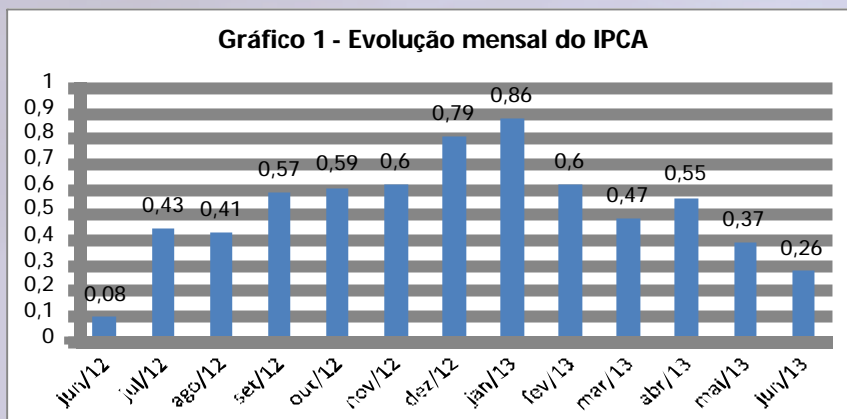
Assim nos últimos 15 anos o Brasil já pagou aproximadamente um montante financeiro de encargos equivalente ao estoque atual da dívida pública, sem qualquer mudança significativa no seu perfil, se tornando num gasto permanente do governo que efetivamente não se traduz em nenhum benefício para a sociedade. Do ponto de vista da relação custo/benefício este deveria ser um dos primeiros itens a serem discutidos pela sociedade.

3 - APESAR DA INFLAÇÃO BAIXA, COPOM DECIDE ELEVAR JUROS

Prof. Flávio Riani

A inflação apurada pelo IBGE através do IPCA mostra que em média a variação nos preços atingiram 0,26% no mês de junho comparativamente aos preços praticados em maio desse ano.

Conforme mostra o gráfico 1 o índice de junho é o menor entre os apurados nesse último ano e o menor desde junho do ano passado, cuja taxa foi de 0,08%.



Fonte: IBGE

A queda observada em junho teve grande contribuição do segmento de alimentação e bebidas que, diferentemente do final do ano passado e início desse ano, apresentou forte desaceleração, aumentando apenas 0,04% em junho comparativamente a maio. Ressalte-se que apesar disso, nesse primeiro semestre de 2013 este segmento apresentou taxa de crescimento de 6,02%, quase o dobro do observado no mesmo período do ano anterior que foi de 3,26%.

Apesar dessa queda, o valor da inflação acumulada nos últimos 12 meses superou o limite máximo da meta de 6,5% estabelecida pelo governo ao atingir 6,7%. Esse resultado contribuiu para que o COPOM elevasse a taxa básica de juros (Selic) para 8,5% na tentativa de manter a trajetória decrescente das taxas mensais no caminho da meta básica de 4,5%. Tal meta dificilmente será atingida e a expectativa é a de que a inflação pelo menos fique abaixo do teto máximo.

4- Produção Industrial: nova queda em Maio mostra grande volatilidade

Prof. Ricardo F. Rabelo

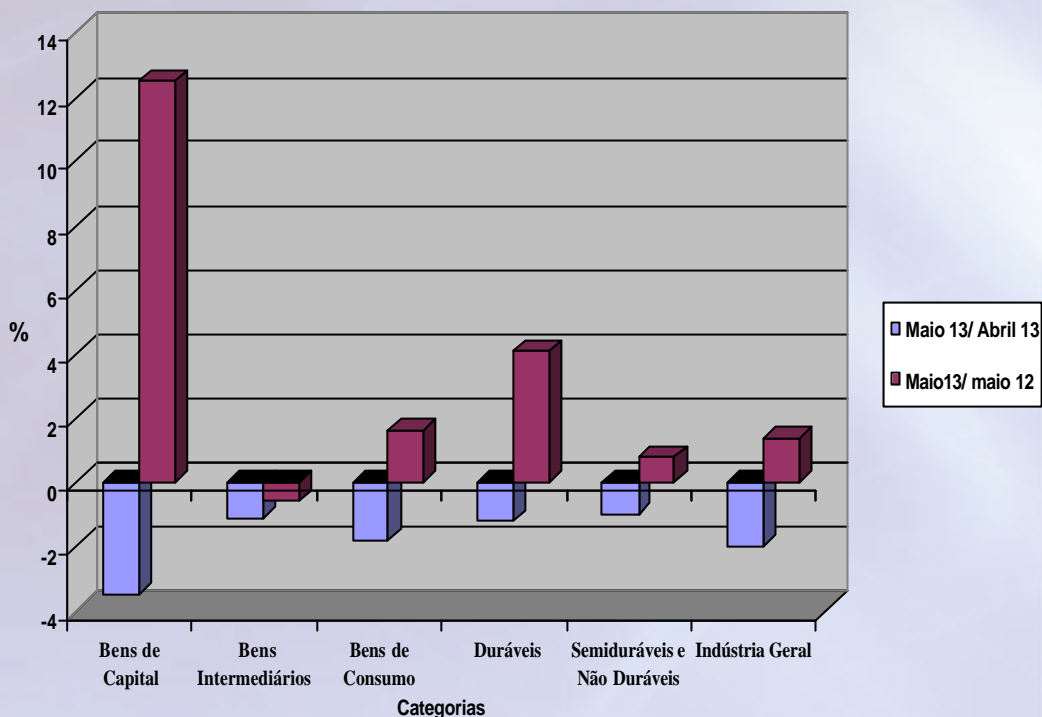
A trajetória da produção industrial nos primeiros 5 meses de 2013 tem-se demonstrado acentuadamente volátil e incapaz de avançar além de um crescimento "rastejante". Após um processo de crescimento em março e abril que supunha um processo de recuperação, em maio de 2013 ocorre novamente uma significativa queda de 2,0% em relação ao mês imediatamente anterior.

Se considerarmos o processo do ponto de vista da comparação com o mesmo mês do ano de 2012, registrou-se no total um crescimento de 1,4% em maio de 2013, significativa, mas bem menos expressiva que os 8,4% atingidos anteriormente. Avançando nesta ótica de análise, o acumulado dos primeiros cinco meses de 2013, a produção industrial cresceu 1,7% relativamente ao mesmo período de 2012. Tomando como base o acumulado em 12 meses, vemos um panorama negativo, pois houve redução de 0,5%, mas se compararmos com outros meses anteriores, constata-se uma evolução positiva, pois há uma evidente desaceleração no processo de queda, confrontado-se este resultado

de Maio com o de Março, em que o recuo foi de 2,0% ou com o de Abril, quando a redução foi de 1,0%.

Gráfico 2

Desempenho da Produção Industrial por Categorias de Uso



Fonte: IBGE

Considerando-se os subsetores mais importantes e as categorias de uso, no entanto, não há razão para otimismo, pois a redução da produção atingiu todas elas, assim como 20 dos 27 ramos analisados na pesquisa. Os vilões desse processo são os setores mais importantes, a saber alimentos (-4,4%), que anulou o crescimento de 4,3% ocorrido em abril. A redução tem sido atribuída a uma suposta queda do poder de compra decorrente da inflação. Já o setor de máquinas e equipamentos apresentou redução de 5,0%, o que é um efeito da própria desaceleração, desincentivando o investimento. Mas essa redução marca uma ruptura com o processo de crescimento desse setor desde dezembro de 2012, o que resultou em um acumulado de 20,7% no período. Finalmente o setor de veículos automotores teve redução de 2,9% na produção, decorrente da queda do consumo deste tipo de bem, mas também aí se tem uma trajetória de dois meses de crescimento na produção, acumulando avanço de 15,1%.

Analisando a produção industrial do ponto de vista das categorias de uso, constata-se que efetivamente houve uma queda do investimento, já que houve uma redução da produção em 3,5% em relação ao mês de Abril, de bens de capital, sendo que

essa queda interrompeu uma seqüência de quatro meses de indicadores de crescimento positivos, acumulando expansão de 15,3%. O mês de maio mostrou essa tendência de desaceleração de uma maneira geral, com crescimento negativo de 1,2% no setor de bens de consumo duráveis, ao contrário dos dois meses anteriores, em que mostrou crescimento na produção, acumulando 5,8% de acréscimo, queda de 1,1% na produção do setor de bens intermediários, após o aumento de 0,8% observado entre março e abril. Finalmente, a queda no setor de bens semi e não duráveis foi de 1%, substituindo o acréscimo de 0,7% registrado no mês anterior.

Adotando-se como ponto de partida o mesmo mês do ano anterior o quadro muda, evidenciando-se um crescimento do total geral da indústria de 1,4% em maio de 2013. O setor que "puxou" o resultado positivo foi o da indústria automobilística, que cresceu 11,7% em relação ao mesmo mês de 2012. Também tiveram influência positiva no total nacional as atividades de refino de petróleo e produção de álcool (12,5%) e a produção de máquinas e equipamentos (7,5%).

Na abordagem das categorias de uso, o investimento contribuiu para o crescimento, pois o setor produtor de bens de capital teve acréscimo de 12,5% em maio de 2013, numa série de cinco resultados positivos consecutivos tendo como base de comparação igual mês do ano anterior.

Ainda na mesma base de comparação, a produção de bens de consumo duráveis (4,1%) registrou o segundo resultado positivo consecutivo, puxado pelo aumento da produção de automóveis (7,6%) e, em menor grau, pelos aumentos avanços ocorridos em telefones celulares (1,8%) e eletrodomésticos (3,5%), sendo que houve nenhuma contribuição da "linha marrom" (0,0%) e recuo da "linha branca" (-9,7%). Houve também redução da produção de motocicletas (-11,3%) e de artigos do mobiliário (-10,4%).

Já no caso dos bens de consumo semi e não duráveis, houve um crescimento de 0,8% em maio de 2013, resultando em dois meses de variações positivas seguidas. Os demais subsetores registraram queda na produção: alimentos e bebidas elaborados para consumo doméstico (-2,8%), outros não duráveis (-2,1%) e semiduráveis (-1,9%). O setor de bens intermediários teve queda de 0,6%, após crescer 5,1% em abril.

Considerando-se o resultado acumulado para os cinco primeiros meses de 2013, comparando-se com mesmo período do ano anterior, a indústria registrou crescimento de 1,7%, puxado pelo crescimento de 14,3% de veículos automotores.

Analisando o desempenho das categorias de uso, revelou-se um maior dinamismo no período janeiro-maio de 2013 para bens de capital, com crescimento de 13,3%. O setor de bens de consumo duráveis cresceu 4,6%, o que significa um crescimento maior que a média nacional, que foi de 1,7% nos cinco primeiros meses do ano. Novamente, foi o crescimento de 8,1% da produção de produção de automóveis o impulsionador deste desempenho positivo. Tanto o setor de bens de capital como o de bens de consumo duráveis apresentou crescimento, mas esse comportamento foi favorecido pelo fato de que se partiu de uma baixa base de comparação, já que no período janeiro-maio de 2012 estes setores apresentaram recuos de 11,9% e de 9,9%, respectivamente.

A produção de bens intermediários teve um crescimento de apenas 0,2% enquanto a de bens de consumo semi e não duráveis teve redução de 1,0%, representando uma exceção em relação aos demais setores.

O desempenho negativo do setor industrial em maio abrangeu a maioria à de 20 dos 27 ramos industriais e todas as categorias de uso. Esse resultado significa a anulação dos avanços obtidos (2,6% acumulados) nos meses de março e abril e a queda de 2,3% é mais expressiva desde fevereiro. Adicionando o resultado de maio a produção industrial total ficou 3,8% abaixo do maior nível alcançado em maio de 2011. Embora maio tenha apresentado esta mudança de sentido, que era de recuperação desde dezembro de 2012, a tendência geral continua sendo de recuperação.

Esta tendência de recuperação fica ainda mais evidente quando se considera os cinco primeiros meses do ano. Nesta base de comparação, o acumulado nos cinco primeiros meses de 2013, em que o total da indústria cresceu 1,7% e acelerou o ritmo em relação ao primeiro trimestre do ano (-0,5%). Considerando as categorias de uso, os resultados mais significativos foram verificados em bens de capital, sinalizando ampliação dos investimentos, que passou de 9,7% no primeiro trimestre do ano para 13,3% nos cinco primeiros meses de 2013, e em bens de consumo duráveis (de 1,3% para 4,6%), impulsionado em grande parte pela maior produção de automóveis. O setor de bens intermediários (de -1,1% para 0,2%) também registrou taxa positiva no acumulado do período janeiro-maio, enquanto o setor produtor de bens de consumo semi e não duráveis (de -3,6% para -1,0%) mesmo reduzindo a intensidade da queda entre os dois períodos permaneceu com resultado negativo no índice acumulado no ano.